



MUNICIPIO DE BARRA DO TURVO

Avenida 21 de março, 304, Centro – Barra do Turvo – SP

E-mail: administracao@barradoturvo.sp.gov.br

CEP 11955-000 – Fone: (015) 3578-9444

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Ofício nº. 41/2022 - VLS

Exmo. Senhor

JOSÉ SANDRO RODRIGUES DO NASCIMENTO

MD. Presidente da Câmara Municipal de

BARRA DO TURVO-SP

Com os meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência **PROJETO DE LEI Nº 14/2022**, que **"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA LEI MUNICIPAL Nº 32/1997, QUE INSTITUI O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DO DOMÍNIO SOBRE TERRAS DEVOLUTAS MUNICIPAIS NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA"**, para apreciação e consequente aprovação.

Considerando a importância e **URGÊNCIA** da matéria, solicitamos a esta D. Casa de Leis a realização de Sessão Extraordinária para apreciação.

Sendo o que nos cumpre para o momento, enviamos nossos mais sinceros protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Município de Barra do Turvo/SP, 28 de janeiro de 2022.


JEFFERSON LUIZ MARTINS
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUN. DE BARRA DO TURVO
www.cmbarradoturvo.sp.gov.br

Protocolo Nº: 67/2022

Tipo: OFÍCIO

Numero: 041/2022

Processo Nº: 013544812022

Data: 31/01/2022 - Hora: 08:38:10


ELAINE RODRIGUES BIAJONE



013544812022



MUNICIPIO DE BARRA DO TURVO

Av. 21 de Março, nº 304, Centro, Barra do Turvo – SP, CEP: 11.955-000

CNPJ: 46.634.317/0001-80 Fone: (15) 35789444 E-mail: administracao@barradoturvo.sp.gov.br



PROJETO DE LEI Nº 14, DE 28 DE JANEIRO DE 2022.

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA LEI MUNICIPAL Nº 32/1997, QUE INSTITUI O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DO DOMÍNIO SOBRE TERRAS DEVOLUTAS MUNICIPAIS NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA”.

Jefferson Luiz Martins, Prefeito Municipal de Barra do Turvo, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o Art. 5º da Lei Municipal nº 32/1997, passando a vigorar nos seguintes termos:

Art. 5º. A Comissão Executiva será nomeada pelo Prefeito e será integrada por três membros:

- I. Representante do Poder Executivo.
- II. Representante do Poder Legislativo.
- III. Representante do Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Barra do Turvo/SP, 28 de janeiro de 2022.


JEFFERSON LUIZ MARTINS
Prefeito Municipal



JUSTIFICATIVA

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barra do Turvo,
Excelentísimos (as) Senhores (as) Vereadores (as).**

Trago à elevada deliberação dessa Casa de Leis, o presente Projeto de Lei nº 14/2022, que *“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA LEI MUNICIPAL Nº 32/1997, QUE INSTITUI O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DO DOMÍNIO SOBRE TERRAS DEVOLUTAS MUNICIPAIS NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA”*.

Em 1997, fora promulgada a Lei Municipal 32 que trouxe em seu corpo a exigência de 5 (cinco) membros que passariam a compor a denominada Comissão Executiva.

Ocorre que existe a dificuldade quanto a nomeação imposta no inciso IV, do Art. 5º do referido diploma, que se refere ao Representante da Sub-seção local da Ordem dos Advogados do Brasil. A dificuldade se denota ante a ausência de sub-seção local no município e a indicação de outro profissional da sub-seção de Jacupiranga atrasaria muito o andamento dos trâmites da Comissão.

Por fim, considerando que os Procuradores já possuem em suas atribuições típicas a defesa, em qualquer esfera, dos interesses da municipalidade. Retiramos o inciso I, do artigo 5º. Visando deixar a comissão com número ímpar e ainda assim resguardar os interesses do município.

A Comissão Executiva, por fim ficará composta por 3 (três) membros.

Cabe ressaltar a importância da nomeação desta comissão, pois ela ficará responsável pelo andamento dos procedimentos para fins de solução dominial das áreas regularmente ocupadas.

Posto isso, considerando a urgência de apreciação do Projeto, principalmente por conta da necessidade de regularização de questões fundiárias no Bairro Boa Esperança, dou início ao presente Processo Legislativo, objetivando sua aprovação.

É a justificativa.

Município de Barra do Turvo, SP, 28 de janeiro de 2022.


JEFFERSON LUIZ MARTINS
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE BARRA DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

Av. 21 de Março, 304, Centro – Barra do Turvo-SP
CEP 11955-000 – Fone: (015) 3578-9444 – R. 39
juridico@barradoturvo.sp.gov.br

PARECER JURÍDICO

Parecer nº 005/2022

Assunto: Alteração da Lei Municipal nº 32/1997

Solicitante: Secretaria Municipal de Administração

Direito Administrativo e Constitucional – Projeto de Lei – Alteração da Lei Municipal nº 32/1997 - Competência privativa Art. 47, da LOMBT– Possibilidade.

I - RELATÓRIO

Trata-se consulta acerca da deflagração do Projeto de Lei que altera Lei Municipal nº 32/1997, que institui o processo de regularização do domínio sobre terras devolutas municipais nas condições que especifica.

Acompanha a solicitação, o Memorando nº 61/2022-vls com o referido Projeto de Lei.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente parecer jurídico tem por objetivo orientar o administrador público em suas atividades administrativas, segundo o entendimento constitucional, legal e jurisprudencial dos atos a serem praticados nesta seara.

Neste aspecto, o Procurador aponta eventuais riscos do ponto de vista jurídico, e recomenda medidas de ordem legal, ficando adstrito à referida autoridade administrativa a adoção ou não da recomendação;

Cumprе destacar, que a análise da solicitação abrange aspectos técnicos jurídicos, sendo que as demais áreas atuantes no referido procedimento devem observar as



MUNICÍPIO DE BARRA DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

Av. 21 de Março, 304, Centro – Barra do Turvo-SP
CEP 11955-000 – Fone: (015) 3578-9444 – R. 39
juridico@barradoturvo.sp.gov.br

atribuições e responsabilidades de cada órgão ou agente público responsável pela prática do ato administrativo, dentro de sua esfera de competência (documentos, pesquisas, manifestações etc), nos termos da lei e das normas administrativas;

II.i – Da alteração

Ao que se denota da alteração, trata-se de adequação da estrutura da comissão executiva que atuará nos processos de regularização fundiária deste ente municipal.

A composição da comissão vem descrita no Art. 5º da referida lei, sendo certo que são 03 (três) os membros alocados nesta alteração, de acordo com o cenário local.

Não há, em sede de lei federal do tema, exigência que colida com o estatuído neste projeto de lei.

Assim, não há grandes indagações acerca da alteração sobredita.

III– DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, possível a deflagração do referido projeto de lei.

É o parecer, que submeto à Doute apreciação.

Barra do Turvo, 27 de janeiro de 2.022

WILLIAM RUEDA CARDOSO
Procurador do Município
Mat. nº 1664044 – Efetivo
OAB/SP 227.204